



Article

# Ecoturismo, Conservação da Natureza e *Deep Ecology*: uma Reflexão sobre o Turismo como Experiência de Ampliação da Consciência

Marcos Bevilacqua de Andrade Franco<sup>1</sup>, Jose Luiz de Andrade Franco<sup>2</sup>, Andre A. Cunha<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Graduação em Bacharelado em Turismo pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil. E-mail: marcosaf17@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutorado em História pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil. Docente na Universidade de Brasília, UnB, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0168114829646424>. ORCID: 0000-0001-6772-6234, e-mail: [jldafranco@gmail.com](mailto:jldafranco@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Docente na Universidade de Brasília, UnB, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4652288314258859> ORCID: 0000-0002-4753-0178, e-mail: [cunha.andre@gmail.com](mailto:cunha.andre@gmail.com).

Citation:

Franco, M.; Franco, J.; Cunha, A. Ecoturismo, Conservação da Natureza e *Deep Ecology*: uma reflexão sobre o turismo como experiência de ampliação da consciência. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 2021, v.10, n.2. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p97-115>

Received: 18/02/2021

Accepted: 13/05/2021

Published: 31/08/2021

Copyright: © 2021 by the authors.

Submitted for open access publication under the terms and conditions of *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* <http://periodicos.unievangelica.edu.br/fronteiras/>.

**Abstract:** This work is a reflection on the relationship between thoughts and actions focused on nature conservation, conservation biology, the ethical and philosophical principles established by Deep Ecology and the principles and practices developed by ecotourism. It deals with the potential that the practice of ecotourism, permeated by the values of an ecocentric ethic, based on the notion that nature has an intrinsic value, is as an interpretation and education tool for the conservation of natural and cultural heritage. The research was based on extensive literature on ecotourism, history of nature conservation and Deep Ecology. The main conclusions refer to the idea that ecotourism, as a segment focused on the conservation of natural and cultural heritage, biodiversity and sociodiversity, depends on a deep reflection in relation to the values and ethical principles that guide its practice. And only the focus on building the supply of experiences based on these principles can guide the demand for practices that deliver the desired benefits, with a focus on nature conservation.

**Keywords:** Nature Tourism; Biological Conservation; Biodiversity; Recreation.

**Resumo:** O presente trabalho é uma reflexão sobre as relações entre o pensamento e a ação voltados para a conservação da natureza, a biologia da conservação, os princípios éticos e filosóficos estabelecidos pela *Deep Ecology* (Ecologia Profunda) e os princípios e práticas desenvolvidos pelo ecoturismo. Ele trata do potencial que a prática do ecoturismo, permeada por valores característicos de uma ética ecocêntrica, baseada na noção de que a natureza tem um valor intrínseco, tem como ferramenta de interpretação e educação para a conservação dos patrimônios natural e cultural. A pesquisa foi baseada em amplo material sobre ecoturismo, história da conservação da natureza e *Deep*

*Ecology*. As principais conclusões remetem à ideia de que o ecoturismo, como um segmento voltado para a conservação dos patrimônios natural e cultural, da biodiversidade e da sociodiversidade, depende de uma reflexão profunda em relação aos valores e aos princípios éticos que orientam a sua prática. Somente o foco na construção da oferta de experiências baseadas nestes princípios poderá guiar a demanda por práticas que entreguem os benefícios desejados, com enfoque na conservação da natureza.

**Palavras-chave:** Turismo de Natureza, Biologia da Conservação; Biodiversidade; Visitação.

## 1. Introdução

O turismo em áreas naturais vem crescendo de forma acelerada no mundo e particularmente no Brasil. Trata-se de uma oportunidade de aproximar mais as pessoas da natureza e enfatizar temas caros à humanidade, como a crise da biodiversidade e a importância das áreas protegidas e dos serviços ecossistêmicos. Por outro lado, a visitação desordenada e sem uma gestão que busque a otimização dos impactos positivos pode se tornar uma ameaça à biodiversidade, justamente naqueles territórios nos quais a persistência das espécies nativas e de ecossistemas saudáveis é mais promissora. Assim, o ecoturismo deve se constituir em oposição a um turismo caracterizado pelo acúmulo de pessoas nas destinações e atrativos turísticos, e ao crescimento desenfreado de ofertas turísticas focadas exclusivamente na obtenção do lucro (Cunha et al. 2018; Honey 2008).

Ainda que o conceito de ecoturismo traga em si a valorização da natureza e da cultura dos locais de visitação (Buckley 2009; Cunha & Marques 2018), muitas vezes ele acabou sendo apropriado pelo setor mercadológico, tornando-se mais um rótulo e se aproximando das formas convencionais, voltadas sobretudo para as motivações econômicas e menos preocupadas com a conservação dos patrimônios naturais ou culturais (Pires 1998). Nesse contexto, o intuito deste trabalho foi o de pensar a prática do fenômeno do ecoturismo relacionando-o: i) com uma tradição de pensamento e ação, surgida nos Estados Unidos da América (EUA), voltada para a conservação da natureza, inspirada em autores como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold; e ii) com os princípios éticos e filosóficos estabelecidos pela *Deep Ecology*, um movimento que surgiu no início dos anos 1970. O ponto de destaque e de convergência entre essa tradição de conservação da natureza e a *Deep Ecology* é a atribuição, por ambas, de um valor intrínseco à natureza e o desenvolvimento de uma ética ecocêntrica, na qual os humanos se tornam parceiros e colaboradores de todas as formas de vida que dividem com eles o planeta Terra (Franco 2015; Franco 2013). A partir dessa perspectiva, os turistas, em particular, se tornam agentes da valorização e proteção dos locais visitados (Naidoo et al. 2011).

Tomando por base essas reflexões iniciais, formulamos uma série de perguntas: Como se desenvolveu a preocupação com a conservação da natureza, acima referida, e que tipos de valores ela disseminou? O que é a *Deep Ecology* e quais os valores por ela estabelecidos? Quais são os princípios do ecoturismo e em que medida as práticas desenvolvidas nas atividades de ecoturismo seguem os princípios do ecoturismo? Quais as relações entre os princípios apregoados pela *Deep Ecology* e os princípios do ecoturismo? Como uma vinculação maior e mais aprofundada entre a ciência e o ativismo voltado para a conservação da natureza, a filosofia da *Deep Ecology* e a prática do ecoturismo podem levar a uma maior efetividade do ecoturismo como estratégia de conservação da natureza?

Este trabalho foi baseado em uma extensa literatura sobre ecoturismo, história da conservação da natureza e *Deep Ecology*: documentos, artigos e livros. A reflexão sobre as conexões entre

conservação da natureza, *Deep Ecology* e ecoturismo resultaram no desenvolvimento de recomendações para equacionar princípios éticos e filosóficos com as práticas do ecoturismo. Trata-se, portanto, de contribuir para potencializar a conservação dos patrimônios natural e cultural.

O texto está organizado em três seções. Na primeira seção, resgatamos alguns pensadores da conservação importantes, como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold, e traçamos a sua relação com a recente ciência da Biologia da Conservação. A segunda seção trata das particularidades do ecoturismo e do papel que essa prática pode desempenhar no desenvolvimento de uma consciência ampliada da relação dos humanos com o restante da natureza, uma consciência ecocêntrica. Na terceira seção, tratamos da emergência da *Deep Ecology* e de como, a partir da atribuição de um valor intrínseco à natureza, se estrutura uma ética ecocêntrica. A intenção foi compreender como a *Deep Ecology* incita pensar em uma noção de “ecoturismo profundo”.

### ***1. Do Transcendentalismo Romântico à Biologia da Conservação: Visões de mundo e proteção à natureza***

É possível traçar uma relação entre autores como Henry David Thoreau (1817-1862) e John Muir (1838-1914), inspirados pela visão de uma natureza transcendental, que emergiu com o Romantismo, passando por Aldo Leopold (1887-1948), formado em Silvicultura, mas que transitou para a Ecologia e o Manejo de Fauna Selvagem, até a recente ciência da Biologia da Conservação, surgida das preocupações com o processo de extinção em massa da biodiversidade. O fio que amarra essas concepções e nos permite entendê-las como pertencentes a uma mesma tradição de pensamento e ação para a conservação da natureza pode ser estabelecido a partir da noção de que a natureza tem um valor intrínseco (Franco 2013).

No século XIX, a natureza selvagem, espaços em que a presença humana é pouco notada e nos quais prevalece o que é indomado, a *wilderness*, passa de algo percebido como negativo, temido e associado à bestialidade, para algo apreciado e relacionado com a criação divina. Essa transição, se deveu, sobretudo, ao florescimento do Romantismo. Até o século XVIII, o que se valorizava era uma natureza antropizada, seja a da arcádia, pastoril, ou a do classicismo, com suas formas geométricas. Com o Romantismo e o desenvolvimento da ciência, as florestas, os grandes desertos, as montanhas, a vastidão das pradarias, os rios e o mar, enfim, a *wilderness*, ganharam um novo *status*, relacionado com uma estética na qual o belo estava associado ao pitoresco e ao sublime, ao transcendental (Nash 2014; Franco 2015).

Foi entre os séculos XVI e XIX que a maneira pela qual os humanos percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor se transformou. Alguns dogmas, desde há muito estabelecidos, foram descartados. Novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem emergiram. O relacionamento com outras espécies foi redefinido e o direito dos humanos de explorar essas espécies em benefício próprio começou a ser questionado. Um intenso interesse pelo mundo natural foi despertado, tanto nas ciências como nas artes. O estudo cuidadoso da história natural descreditou muitas das percepções antropocêntricas do passado. Um amplo sentido de afinidade com os animais e as plantas pois em dúvida as convicções sobre a singularidade humana. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais veio à luz e ao invés de continuar a destruir as florestas e toda paisagem sem um valor prático, um número cada vez maior de pessoas passou a plantar árvores,

cultivar flores e visitar áreas selvagens por pura satisfação emocional (Thomas 1996; Nash 1989; Nash 2014).

A visão romântica de natureza e a ciência se juntaram na figura de Alexander von Humboldt (1760-1859), uma das principais personalidades da ciência no século XIX. A própria concepção de ciência de Humboldt foi influenciada fortemente pelo Romantismo, especialmente em razão da sua amizade com o filósofo, poeta e dramaturgo alemão Johann Wolfgang Goethe (1749-1832). O ideal de ciência de Humboldt era o de uma ciência holística, fundamentada na análise das interações entre os diversos componentes da natureza, percebida como uma totalidade integrada, sublime e misteriosa. As suas obras científicas e as suas narrativas de viagem tiveram grande impacto sobre cientistas, como Charles Darwin (1809-1882) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), e sobre personalidades importantes para o surgimento das preocupações com a conservação da natureza nos EUA, como Henry David Thoreau, George Perkins Marsh (1801-1882) e John Muir (Wulf 2016).

O libertário Henry David Thoreau dividia o seu tempo entre os estudos da cultura clássica e de literatura, e longas caminhadas em meio à natureza, durante as quais desenvolveu um agudo senso de observação da fauna, da flora e de suas interações com o mundo abiótico. Uma de suas obras mais conhecidas, *Walden ou A Vida nos Bosques*, é baseada em observações introspectivas e no desenvolvimento de uma sensibilidade aguçada em relação ao mundo selvagem e aos instintos humanos primordiais, responsáveis pela criatividade e inspiração artística e científica. Trata-se, sobretudo, de uma visão romântica da natureza transcendental e do ser humano. Viver junto à natureza implicava em uma profunda intimidade, que para Thoreau era a essência de um naturalista (Thoreau 1987; Drummond 1984; Worster 1998; Nash 2014).

A disposição para viver em intimidade com a natureza, especialmente a natureza selvagem, indomada, a *wilderness*, de compreendê-la e defendê-la, expressou-se quando Thoreau, em 1851, proferiu no Liceu de Concord uma palestra sobre a relação dos humanos com a natureza selvagem. Ele atribuía à natureza um valor intrínseco, tratava-se de algo sublime, que transcendia a civilização criada pelo ser humano e era a sua fonte de vitalidade (Nash 2014; Worster 1998). Thoreau (1984) afirmava que “o Indomado [*wildness*] significa a preservação do Mundo” (p. 97). Ele via uma complementaridade entre civilização e natureza selvagem, pois havia no interior de cada ser humano “civilizado” um “coração selvagem”. O sonho com uma rusticidade distante refletia-se no mundo interior. “O que inspira tal sonho é o charco que há em nosso cérebro e em nossas entranhas, o vigor primitivo da natureza existente em nós” (Schama 1996 p. 573).

John Muir foi outra personalidade fundamental na luta pela conservação e/ou preservação da natureza e pelo reconhecimento de que ela tem um valor intrínseco. Por causa de sua paixão pela natureza, acabou se dedicando aos estudos de ciências, especialmente a Geologia e a Botânica. Após recuperar a visão, temporariamente perdida em um acidente de trabalho com carpintaria, partiu, em 1867, para realizar o seu sonho de viajar para lugares onde ele pudesse estar junto à *wilderness*. A sua longa jornada o levou às serras da Califórnia, em 1868, onde se estabeleceu. Lá, trabalhou como pastor de ovelhas e depois como guia para os turistas que começaram a frequentar o vale e as montanhas do Yosemite, na época um parque estadual. Os EUA encontraram em Muir um campeão na defesa da *wilderness*. Escritor de sucesso, sobretudo por suas narrativas de viagens de aventura em meio à natureza, desde a Califórnia até o Alasca. Escreveu também livros científicos, sobre o papel das glaciações na formação do relevo do Yosemite e sobre botânica. Publicou muitos artigos voltados

para a defesa de áreas de natureza selvagem. Foi a principal liderança na luta pela transformação do Yosemite em parque nacional e pela sua ampliação. Foi cofundador e primeiro presidente do Sierra Club, que além de um clube de excursionistas foi e ainda permanece ativo como organização não governamental na luta pela conservação da natureza (Nash 2014; Worster 2008).

A concepção de Muir sobre a natureza foi fortemente influenciada pelo transcendentalismo romântico de Ralph Waldo Emerson e Thoreau. Além disso, foi um leitor inveterado de ciência, especialmente das obras de Charles Lyell (1797-1875), Humboldt, Darwin, Joseph Hooker (1817-1911) e Asa Gray (1810-1888). Como Thoreau, Muir entendia a *wilderness* como complementar à civilização. De acordo com essa percepção, a *wilderness*, com a sua grandiosidade selvagem, vinha perdendo espaço, as terras eram transformadas em pastagens, plantações e cidades, e a flora e fauna selvagens estavam desaparecendo. A *wilderness* se configurava como um espaço de contemplação estética, superação de limites, lazer e busca de conhecimento científico. Como ponto de equilíbrio da civilização, ela precisava ser preservada, conhecida e usufruída. Para Muir as pessoas usufruiriam de maiores benefícios pelo contato com a natureza do que pelos bens materiais extraídos a partir dela (Worster 2008; McCormick 1992; Nash 2014; Nash 1989).

Da perspectiva de Muir (1916), os humanos eram parte da natureza e, dessa forma, iguais em valor a todas as outras criaturas: “o universo seria incompleto sem o homem; mas também o seria sem a presença da menor das criaturas microscópicas, que mora além dos nossos olhos e conhecimento” (p. 139, tradução livre). Ele exclamava: “Quão estreitos somos nós, criaturas egoístas e arrogantes, em nossas simpatias! Quão cegos para os direitos de todo o resto da criação” (p. 98, tradução livre). Muir destacou-se por defender a natureza pelo seu valor intrínseco. Ele atribuía direitos de existência a espécies que eram consideradas perniciosas, que eram incansavelmente perseguidas, como répteis, artrópodes e predadores como os carnívoros e as aves de rapina. Mas, mesmo Muir se viu constringido a se utilizar, predominantemente, de argumentos utilitários para defender as áreas de natureza selvagem, ligados à fruição estética, ao lazer e à saúde que as visitas a estes espaços proporcionavam (Nash 1989; Nash 2014; Worster 2008).

Aldo Leopold desempenhou um papel fundamental para o movimento conservacionista e para a valorização intrínseca da natureza. Desde cedo, desenvolveu o gosto pelas aventuras na natureza e se interessou pela identificação de aves. A paixão pela ornitologia, pela caça esportiva e pelas caminhadas em meio à natureza o levaram a estudar Silvicultura na *Yale Forestry School*. Isto o qualificou para assumir, em 1909, um posto no Serviço Florestal dos Estados Unidos (*US Forest Service*), onde se tornou uma referência no manejo de caça e introduziu a ideia de que, além das áreas destinadas ao corte de árvores e ao pastoreio, era interessante manter áreas de *wilderness*, voltadas à visitação, caça e pesca. Mais tarde, em 1933, fortemente influenciado pela ciência da Ecologia, optou por uma carreira acadêmica e tornou-se professor em Wisconsin, onde se destacou no ensino e na pesquisa sobre Manejo de Fauna Selvagem. Leopold foi um dos fundadores, em 1935, da *Wilderness Society*, ONG ainda atuante na defesa da natureza, e um dos inspiradores do *Wilderness Act*, aprovado em 1964, que garante a criação de áreas de *wilderness* dentro dos territórios administrados pelo governo federal norte-americano (Nash 2014; Meine 2010).

O interesse de Leopold na conservação da *wilderness*, gradualmente, se expandiu e se aprofundou em uma filosofia da responsabilidade dos humanos pela totalidade da natureza. A sua formação na *Yale Forestry School*, escola cuja fundação foi patrocinada pela família do eminente silvicultor Gifford

Pinchot (1865-1946), aproximou-o das concepções de conservação da natureza caras a este último. Tratava-se de um manejo racional dos recursos naturais, proporcionado pelo melhor uso da tecnologia, garantindo a sua disponibilidade para as gerações presentes e futuras. Leopold também se aproximava das ideias de Muir, especialmente pela sua paixão pela *wilderness*. No entanto, a sua perspectiva em relação ao manejo de caça era muito mais utilitarista. Ela privilegiava a proteção das espécies preferidas pelos caçadores, como os cervídeos, em detrimento dos predadores, como os lobos, coiotes e pumas, vistos como competidores, como espécies perniciosas (Nash 2014; Meine 2010).

Com o desenvolvimento das pesquisas realizadas no campo da ecologia, na primeira metade do século XX, os ecólogos passaram a desempenhar um papel cada vez maior nas questões relacionadas com a conservação da natureza. Foram os ecólogos que começaram a mostrar que os predadores desempenham um papel importante na natureza. Eles chamavam a atenção para as interações entre todos os organismos, tecendo uma intrincada e complexa teia da vida. Foi com a sua aproximação da ecologia que Leopold mudou a sua perspectiva em relação à natureza, passando a lhe atribuir um valor intrínseco. A ecologia lhe ensinou a interdependência de todos os seres vivos que compartilhavam um ambiente. Ela deu significado às evidências que ele vinha coletando sobre as consequências do abuso dos humanos sobre o mundo natural. A familiaridade com a ecologia também lhe sugeriu a necessidade de uma nova abordagem, baseada na ética, que conscientizasse os humanos de que seu ambiente era uma comunidade a qual pertenciam, não uma mercadoria que possuíam. Foi a partir daí que Leopold desenvolveu a sua “ética evolutiva-ecológica da terra”, *The Land Ethic* (Nash 2014; Meine 2010; Worster 1998). Ele argumentava que: “É inconcebível para mim que uma relação ética com a terra possa existir sem amor, respeito e admiração por ela, e uma alta consideração pelo seu valor. Por valor, é claro, eu entendo alguma coisa muito mais ampla do que o mero valor econômico, eu entendo valor no sentido filosófico” (Leopold s/d, p. 223, tradução livre).

Como Thoreau, que afirmava que na *wilderness*, naquilo que era indomado, estava a possibilidade de preservação do mundo, da civilização, Leopold (s/d) entendia que “a natureza selvagem é o material bruto a partir do qual o homem tem martelado o artefato chamado civilização” e que “a rica diversidade de culturas do mundo reflete a correspondente diversidade de ambientes selvagens a partir dos quais elas nasceram” (p. 188, tradução livre). Tratava-se para Leopold de um novo entendimento, de uma nova percepção do mundo e da relação dos humanos com a natureza. Como ele próprio dizia, tratava-se de “pensar como uma montanha”, o que significava compreender o mundo a partir da perspectiva da ecologia (Leopold s/d, Meine 2010; Nash 2014; Nash 1989).

Além do desenvolvimento da ecologia como ciência, ao longo do século XX, é fundamental atentar para o movimento conservacionista, do qual Thoreau, Muir e Leopold estão dentre os principais precursores nas Américas, influenciando inclusive o movimento conservacionista na América Latina e no Brasil (Franco et al. 2015). É a partir deste encontro entre a ciência e a paixão pela natureza selvagem, com a sua miríade de espécies e ecossistemas, que surge a Biologia da Conservação, ao longo da década de 1980. É possível perceber que existe uma relação entre o que a ciência mais recente entende por conservação da biodiversidade e a importância que conservacionistas do passado atribuíram à preservação da *wilderness*. Ainda que existam diferenças e deslocamentos de perspectiva importantes, a ideia de proteger espaços selvagens é convergente com o conceito mais recente de proteção de habitats, de fundamental importância para a sobrevivência de

espécies ameaçadas de extinção, ecossistemas e genes. Mas, é sobretudo a ideia de um valor intrínseco atribuído à natureza que une a Biologia da Conservação à tradição mais antiga da preservação da *wilderness* (Groom et al. 2006; Franco 2013; Kolbert 2015).

A partir da década de 1990, surge o movimento do ecoturismo, que busca, por intermédio da visitação de áreas naturais, com destaque para as áreas mais preservadas, como as *wilderness areas* e áreas protegidas como os parques nacionais e estaduais, sensibilizar a sociedade para a importância dessas áreas para a conservação da biodiversidade e da natureza em geral (Honey 2008). O ecoturismo vai se nutrir, também, de princípios forjados na tradição mais antiga da conservação da natureza, da preservação da *wilderness* e dos conceitos mais recentes da Biologia da Conservação.

## **2. A emergência do Ecoturismo, os seus princípios e a sua relação com a conservação da biodiversidade**

As grandes navegações da Idade Moderna tornaram o planeta Terra conhecido e, já naquela época, a experiência do viajante em contato com uma realidade nova permitia uma perspectiva ampliada do mundo. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, surgiram os *Grand Tour*, que além de uma imersão na cultura clássica e na história proporcionavam experiências de contato com a natureza. Na maior parte das vezes os participantes do *Grand Tour* eram jovens, prestes a ingressar na vida adulta, mas, também indivíduos mais experimentados e até célebres chegavam a participar dessas viagens, como no caso de Goethe. Ao longo de todo o século XIX, viagens de estudo para conhecer a natureza dos diversos continentes e ilhas se tornaram frequentes, sendo fundamentais para a evolução das ciências da natureza, especialmente dos diversos campos da Biologia, com viajantes como Humboldt, Darwin e Wallace. Foi nesse mesmo século que se intensificaram as viagens com o intuito de apreciar e usufruir da natureza e da cultura de destinações mais variadas e distantes. Os deslocamentos se tornaram mais rápidos e confiáveis, com os navios e trens a vapor. As viagens de turismo, como entendemos hoje, já comuns para as elites, se difundiram entre as classes médias. Os guias de turismo, as redes de hotéis e os pacotes turísticos se tornaram comuns. No século XX, principalmente a partir da segunda metade, com a popularização das viagens de avião e a ampliação acelerada da rede de serviços (*trade*), a prática do turismo se tornou cada vez mais difundida, culminando com o *boom* do turismo massificado. O impacto crescente desse turismo de massa sobre atrativos culturais e naturais chegou a tal ponto que ele acabou por receber a denominação de turismo “predador”, durante a década de 1970 (Costa 2009; Franco 2015).

Nas décadas de 1980 e 1990, as críticas ao turismo de massa e aos seus impactos negativos sobre os patrimônios culturais e naturais fizeram surgir modelos de turismo que se opunham à standardização imposta pelos pacotes tradicionais e pela massificação. Houve uma busca para desenvolver modelos de turismo comprometidos com a promoção da sustentabilidade e com a conservação dos patrimônios culturais e naturais presentes nas destinações visitadas (Newsome et al. 2002; Costa 2009; Franco 2015).

O ecoturismo surge no mundo nesse período: (1) como uma das alternativas ao turismo de massa, buscando diminuir os impactos negativos, mas também como uma estratégia comercial de diversificação e segmentação do mercado turístico; (2) como uma alternativa para o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento, particularmente em regiões tropicais, em uma conjunção de turismo, natureza e sustentabilidade, que também está presente em outros tipos de turismo, como

o de base comunitária; (3) a partir de um desejo crescente de reconexão das pessoas com a natureza, por diversas motivações, mas orientado pela ideia geral de que a visitação em parques e áreas verdes é uma forma prazerosa de promover a saúde e o bem-estar; e (4) como uma esperança, ou promessa, de promover a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas, principais destinos para o turismo de natureza e as áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade mundial, mas que há algumas décadas recebem cada vez menos recursos públicos para sua gestão e manejo (Cunha & Costa 2018). Assim, o conceito de ecoturismo começou a ser formulado como uma estratégia capaz de unir a conservação da natureza com o desenvolvimento econômico e social local.

O ecoturismo é frequentemente confundido com o turismo de natureza, de observação de fauna selvagem ou com o de aventura. De fato, o ecoturismo deve ser visto como distinto desses outros tipos. O turismo de natureza é um termo mais abrangente, envolve viagens para experimentar e apreciar a natureza. O turismo de aventura é um dos tipos de turismo mais comuns e crescentes. Está relacionado a atividades físicas ao ar livre, requer algum nível de habilidade e resistência, e envolve certa sensação de risco, embora haja uma tendência de experiências de aventura cada vez mais leves, *soft*, para um público mais amplo. O turismo de observação de fauna selvagem envolve viagens e atividades para proporcionar experiências de contato com as espécies da fauna e da flora, como a observação de animais selvagens em seus habitats, e atende a um público mais específico. O ecoturismo, por sua vez, é definido por um conjunto de princípios que incluem benefícios diretos para a conservação da natureza (Honey 2008). No entanto, a apropriação do termo ecoturismo como sinônimo de turismo de natureza, como uma estratégia de *marketing* amplamente adotada pelo *trade* turístico, faz com que estes termos sejam muitas vezes confundidos, tanto pelo público em geral como pelos gestores (Honey 2008; Buckley 2009, Cunha & Costa 2018). Frequentemente, o que se diz ecoturismo está longe dos seus princípios ligados à sustentabilidade (Tiburcio Pintos & Olvera 2020). Por isso, é importante enfatizar os princípios do ecoturismo, os seus valores relacionados à proteção da natureza e das áreas selvagens, da biodiversidade.

O “ecoturismo genuíno” é mais do que viajar para apreciar a natureza, é um fenômeno que deve incluir a minimização de impactos ambientais e culturais negativos, e garantir contribuições para a conservação da natureza e a sensibilização ambiental. Deve apoiar projetos para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, ampliar a consciência política e estabelecer códigos de conduta para os viajantes e prestadores de serviços. O monitoramento, com bases científicas, dos impactos negativos e positivos e o desenvolvimento de programas de certificação é que vão possibilitar o alcance desses objetivos (Honey 2008).

Do final da década de 1980 até o início dos anos 2000, muitas definições foram cunhadas para o ecoturismo. Uma delas, considerada por muitos como a primeira, foi escrita, em 1988, por Ceballos-Lascuráin (1988) e descreve o ecoturismo como “uma viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente”. Outra definição que ilustra bem os valores do ecoturismo, amplamente utilizada, é a da *The International Ecotourism Society* (TIES): “o ecoturismo é a viagem responsável que conserva o meio ambiente e melhora a qualidade de vida da população local” (TIES 1993, 2001). No contexto brasileiro, cabe destacar a definição oficial de ecoturismo como o “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural,



incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (Embratur & IBAMA 1994). Em todas essas definições é possível notar que, além do foco na visita à ambientes naturais preservados, existe a preocupação de que haja contribuições efetivas para a conservação da natureza, por parte dos visitantes e de todas as atividades e serviços relacionados com as visitas.

Após intensos debates e dezenas de definições, o conceito de ecoturismo alcançou bases solidamente firmadas em alguns princípios (Fennel 2001; Weaver 2001; Donohoe & Needham 2006; Weaver & Lawton 2007). As bases comuns do ecoturismo foram consolidadas, por Honey (2008) e Buckley (2009), em sete princípios, dos quais os quatro primeiros são considerados unanimemente, no âmbito científico internacional, como fundamentais (Quadro 1).

**Quadro 1:** Princípios do Ecoturismo, por Honey (2008) e Buckley (2009), a partir e de acordo com as principais revisões internacionais sobre o tema.

<b>Princípio</b>	<b>Detalhamento</b>
Viagens para destinos de natureza	Áreas preservadas, frequentemente em locais remotos, sob algum tipo de proteção ambiental, seja no nível nacional, local, internacional, comunitário ou privado.
Minimiza os Impactos Ambientais Negativos	O turismo causa danos. O ecoturismo deve minimizar os efeitos adversos dos equipamentos, infraestrutura, serviços, adotando práticas e materiais ecologicamente sustentáveis, fontes renováveis de energia, reciclagem e destinação segura de resíduos. A minimização do impacto também exige que os números e o modo de comportamento dos turistas sejam regulados para garantir danos limitados ao ecossistema.
Estimula a sensibilização e consciência ambiental	Ecoturismo significa educação para turistas e moradores de comunidades próximas. Bem antes do início da viagem, os operadores turísticos devem fornecer aos viajantes material de leitura sobre a destinação, o ambiente e a população local, bem como um código de conduta para o viajante e para o próprio <i>trade</i> turístico. Assim, são fundamentais as boas práticas de interpretação ambiental e preferencialmente o envolvimento de guias naturalistas, bem treinados, com habilidades em história natural e cultural, princípios éticos, comunicação eficaz e multilíngues. Os projetos de ecoturismo também devem ajudar a educar os membros das comunidades do entorno, crianças em idade escolar e o público em geral na localidade anfitriã.
Proporcionar benefícios financeiros diretos para a conservação	O ecoturismo tem que ajudar a arrecadar fundos para proteção ambiental, pesquisa em conservação, especialmente de espécies e ambientes ameaçados, e

	<p>para a educação ambiental por meio de uma variedade de mecanismos, taxas, doações voluntárias. O ecoturismo acontece principalmente em parques e outras áreas protegidas, cujo principal objetivo é a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Cada vez menos recursos públicos são investidos nessas áreas, cada vez mais o turismo deve apoiar as pesquisas científicas e projetos de conservação.</p>
<p>Oferece benefícios financeiros e empoderamento para as pessoas das localidades visitadas</p>	<p>A comunidade local deve estar envolvida e receber renda e outros benefícios tangíveis (água potável, estradas, clínicas de saúde etc.) a partir da atividade turística e seus empreendimentos. Áreas de campismo, pousadas, serviços de guia, restaurantes e outras concessões e serviços devem ser administrados por ou em forte parceria com comunidades do entorno de parques nacionais ou outros destinos turísticos. O ecoturismo deve ser visto como uma ferramenta para o desenvolvimento rural, também deve ajudar a mudar o controle econômico e político em favor da comunidade local. Esse é, na maior parte das vezes, o princípio mais difícil e demorado da equação do ecoturismo, aquele que os operadores e os "parceiros" seguem apenas parcialmente ou formalmente.</p>
<p>Respeita a cultura local</p>	<p>O ecoturismo deve ser menos culturalmente invasivo e explorador do que o turismo convencional. Enquanto a prostituição, o mercado negro e as drogas geralmente são subprodutos do turismo de massa, o ecoturismo se esforça para ser respeitoso culturalmente e ter um efeito mínimo no ambiente natural e na população humana da localidade anfitriã. Parte de ser um ecoturista responsável é aprender de antemão os costumes locais, respeitar os costumes, outras normas sociais, como códigos de vestuário, e não se intrometer na comunidade, a menos que seja convidado, individualmente ou como parte de excursões bem organizadas.</p>
<p>Apoia direitos humanos e movimentos democráticos</p>	<p>o turismo é frequentemente aclamado como uma ferramenta para a construção da compreensão internacional e da paz mundial, o que não acontece automaticamente; frequentemente, de fato, o turismo reforça as economias de estados repressivos e antidemocráticos. Além disso, em muitos destinos de natureza, é comum encontrar situações de abuso aos</p>

	direitos humanos, exploração, racismo, desigualdades sociais e étnicas. Ao invés de acentuar essa condição, o ecoturismo deve buscar formas de combatê-las.
--	---

Considerando os empregos diversos do termo ecoturismo, é relevante refletir sobre o seu uso, a partir de uma perspectiva crítica. Acott e colaboradores (1998) propõem a distinção entre *Deep Ecotourism* (“ecoturismo profundo”) e *Shallow Ecotourism* (“ecoturismo de fachada”). É possível também elucubrar sobre as relações entre ecoturismo *Deep* e *Shallow* e uma outra caracterização, mais focada no tipo de experiência turística, entre o ecoturismo *Hard*, mais imersivo e intenso, e o *Soft*, mais rápido, fácil e superficial. Há ainda a possibilidade de se estabelecer um gradiente do ecoturismo, *explorativo-passivo-ativo*, em sua relação com a conservação do ambiente local, o que pode ampliar a nossa perspectiva sobre os diferentes tipos ou práticas de ecoturismo (Orams 2001). Optamos por apresentar os princípios do *Deep Ecotourism* (Quadro 2), para traçarmos suas relações com o movimento da *Deep Ecology* e a conservação da natureza.

**Quadro 2:** Princípios do *Deep Ecotourism*, a partir dos critérios e valores considerados por Acott e colaboradores (1998).

Princípio	Detalhamento
O ecoturismo é baseado em uma ética ambiental, uma visão ecocêntrica do mundo	A natureza tem valor intrínseco, independente da sua importância ou uso pelos seres humanos.
O ecoturismo deve trazer benefícios para o ambiente	O meio ambiente, a conservação da natureza e da biodiversidade devem receber benefícios líquidos da atividade, embora muitas vezes ocorram benefícios sociais, econômicos, políticos ou científicos.
O ecoturismo deve minimizar os danos (e sofrimentos) que a atividade causa	Uma perspectiva rigorosa da sustentabilidade deve considerar o ganho econômico convencional, mas em segundo plano, e o princípio da precaução deve ser parte fundamental das políticas e práticas de gestão. As decisões de gestão devem considerar a incerteza e a precaução, com base no valor intrínseco da natureza. Os ganhos financeiros devem ser prioritariamente reinvestidos nas economias locais.
O ecoturismo é direcionado para uma experiência de gratificação, através da apreciação da natureza e educação ambiental	A experiência deve proporcionar uma visão holística da natureza, estimulando reflexões sobre a relação entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Deve atentar para o sentimento de respeito e necessidade da conservação da natureza, e se esforçar para aprender sobre e

	beneficiar o ambiente natural e as comunidades locais. Existem intensas dimensões cognitivas (informativas) e afetivas (emocionais) na experiência, exigindo um alto nível de preparação de gestores, guias, operadoras, comunitários e participantes.
O ecoturismo deve buscar uma imersão profunda e respeitosa na cultura local	Visa obter uma compreensão significativa da cultura local, auxiliado previamente por leituras e materiais sobre aquele local, suas populações e costumes. O ecoturista deve buscar uma imersão profunda na cultura circundante e entendê-la em um sentido profundo, sem perturbar ou minimizar a importância da população local. Isso pode inclusive resultar na decisão de não visitar uma determinada área se a cultura local for ameaçada pela visita.
O ecoturismo deve rever os padrões de consumo e os impactos nos sistemas locais e globais.	O ecoturista profundo não deve buscar os confortos ocidentais em suas viagens, se isso coloca uma pressão sobre os recursos da população anfitriã. A valorização da qualidade de vida deve ser mais importante do que um alto padrão de vida material, para todos os envolvidos e além da viagem. A gastronomia e modos de produção local devem ser priorizados, desde que não haja pressão indevida sobre os recursos locais. O uso excessivo das fontes de água ou de energia local, para desfrute dos turistas, deve ser balizada em relação à possível escassez ou dificuldade de acesso para a população local.

O ecoturismo pode e deve desempenhar um papel importante na conservação da biodiversidade e da sociodiversidade. Ele traz recursos econômicos significativos, mas deve estimular uma consciência ampliada da importância da conservação dos mais variados patrimônios naturais e culturais. O ecoturismo proporciona a oportunidade para o viajante conhecer, admirar e aprender sobre espaços naturais e culturais que antes lhe eram estranhos. É esse tipo de experiência profunda, que envolve a compreensão do outro e o autoconhecimento, que permite ir além dos benefícios econômicos e refletir sobre os princípios éticos e filosóficos mais amplos envolvidos com a atividade do ecoturismo. Assim, vale aprofundar a reflexão sobre as relações entre o que vem sendo considerado como *Deep Ecotourism* e os fundamentos do ecocentrismo e da *Deep Ecology*, considerados a seguir.

### 3. O Ecoturismo e a Deep Ecology: uma reflexão sobre princípios éticos

Os valores do ecoturismo têm forte afinidade com aqueles da *Deep Ecology*. Refletir sobre essa relação pode orientar a gestão do ecoturismo no sentido de práticas mais sustentáveis e que resultem em experiências significativas de reconexão do ser humano com a natureza, com benefícios para a conservação da biodiversidade. Trata-se de reforçar a ideia de se atribuir um valor intrínseco à natureza, presente em conservacionistas como Thoreau, Muir e Aldo Leopold, e na própria definição da Biologia da Conservação.

A *Deep Ecology* surgiu, no início dos anos 1970, a partir das reflexões do filósofo norueguês Arne Naess (1912-2009). Ele propôs uma distinção clara entre motivações relacionadas com a conservação da natureza baseadas fundamentalmente em valores instrumentais e em uma ética antropocêntrica, por ele chamada de *Shallow Ecology* (Ecologia Superficial), e motivações relacionadas com a conservação da natureza baseadas na atribuição de um valor intrínseco aos ecossistemas e em uma ética ecocêntrica, que ele nomeou de *Deep Ecology* (Ecologia Profunda) (Capra 2001).

Naess foi professor de filosofia na Universidade de Oslo, entre 1939 e 1969, quando se aposentou. No entanto, ele continuou seu trabalho intelectual, com o intuito de desenvolver uma filosofia ecológica pessoal, que ele chamou de *Ecosophy T*. Os seus esforços resultaram na publicação do livro *Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy*, em 1989, nos EUA. Além de filósofo, Naess era um montanhista conhecido por suas proezas e um amante das caminhadas junto à natureza selvagem. O próprio nome *Ecosophy T* tem o T derivado do monte Tvergastein, na Noruega, onde ele tinha uma cabana em que costumava se refugiar. Viajou por muitos lugares, nos quais fez escaladas e caminhadas pelas mais diversas paisagens naturais. Foi um ativista pela natureza, pelos direitos humanos e professava a não violência de Ghandi (Drengson & Inoue 2005; Devall & Sessions 2007).

No ano de 1973, Naess publicou o sumário de uma palestra proferida, em 1972, na *Third World Future Research Conference*, com o título de *The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement: A Summary*. Foi nesse texto que ele introduziu o termo *Deep Ecology Movement* e apresentou as suas características básicas (Devall & Sessions 2007; Drengson & Inoue 2005; Sessions 1995). Ele argumentava que a preocupação com a poluição e o esgotamento de recursos naturais devia ser apenas uma parte de políticas ecologicamente responsáveis. Existiam questões mais profundas, que tocavam em princípios relacionados com diversidade, complexidade, autonomia, descentralização, simbiose, igualitarismo e ausência de classes. Naess louvava o surgimento de um movimento ecológico, mas entendia que ele estava dividido em dois, um movimento caracterizado por uma perspectiva superficial (*shallow*), predominante, e um movimento mais profundo (*deep*), que clamava por maior atenção (Drengson & Inoue, 2005).

Naess retomava e se inseria em uma tradição de reflexão sobre as relações entre os humanos e o mundo natural inaugurada por pensadores como Thoreau, Muir, Leopold, Albert Schweitzer (1875-1965), e Rachel Carson (1907-1964). Ele defendia o direito de toda forma de vida realizar as suas funções ecossistêmicas, ou seja, o direito de “viver” e “florescer”. Os norte-americanos George Sessions, filósofo, e Bill Devall, sociólogo, trouxeram o movimento da *Deep Ecology* para os EUA. Eles defendiam que os rios tinham o direito de serem rios, as montanhas de serem montanhas, os lobos de serem lobos e os humanos de serem humanos. Tratava-se de um “ecoigualitarismo”. Os princípios da *Deep Ecology* estavam embasados na atribuição de um valor intrínseco à vida e ao funcionamento dos ecossistemas. A partir dos anos 1980, cientistas, filósofos, artistas e ativistas

começaram a defender os pontos de vista da *Deep Ecology*. Entre eles: Gary Snyder, Peter Berg, Raymond Dasmann, Theodore Roszak, Alan Drengson, J. Baird Callicott, David Brower, Dolores LaChapelle, Paul Shepard, Fritjof Capra, Dave Foreman, Holmes Rolston III e Michael Soulé (Franco 2015; Nash 1989; Devall & Sessions 2007; Sessions 1995).

Devall e Sessions (2007) publicaram, em 1985, o livro *Deep Ecology: Living as if nature mattered*. O livro trouxe uma síntese completa do que era a *Deep Ecology* e de sua relação com o pensamento de Naess e de outros pensadores que enveredaram por uma reflexão ética sobre as relações entre os humanos e o mundo natural (Drengson & Inoue 2005; Devall & Sessions 2007). Na primavera de 1984, por ocasião da data de aniversário de John Muir, enquanto acampavam no Parque Nacional do Death Valley, na Califórnia, Sessions e Naess resumiram os conceitos da *Deep Ecology*, resultado de quinze anos de reflexão, em oito princípios básicos, que foram publicados no livro de Devall e Sessions (2007):

1. O bem-estar e o florescimento da vida humana e da não-humana sobre a terra têm valor em si próprios (valor intrínseco, valor inerente). Esses valores são independentes da utilidade do mundo não-humano para os propósitos humanos.
2. A riqueza e a diversidade das formas de vida (biodiversidade) contribuem para a realização desses valores e são valores em si mesmos.
3. Os seres humanos não têm nenhum direito de reduzir essa riqueza e diversidade exceto para satisfazer necessidades humanas vitais.
4. A prosperidade da vida humana e das suas culturas é compatível com um substancial decréscimo da população humana (e, podemos acrescentar de sua pegada ecológica). O florescimento da vida não-humana exige essa diminuição.
5. A atual interferência humana no mundo não-humano é excessiva e a situação está piorando aceleradamente.
6. Em conformidade com os princípios anteriores, as políticas precisam ser mudadas. As mudanças políticas afetam as estruturas básicas da economia, da tecnologia e da ideologia. A situação que resultará desta alteração será profundamente diferente da atual.
7. A mudança ideológica ocorrerá, sobretudo, no apreciar da qualidade de vida (manter-se em situações de valor intrínseco), em vez da adesão a padrões de vida e de consumo mais elevados. Haverá uma consciência profunda da diferença entre o grande (quantidade) e o importante (qualidade).
8. Aqueles que subscrevem os princípios precedentes têm a obrigação de tentar implementar, direta ou indiretamente, as mudanças necessárias.

Os oito princípios básicos da *Deep Ecology* funcionam dentro de uma plataforma, com uma estrutura dividida em quatro níveis articulados. O primeiro se traduz em uma filosofia pessoal, uma visão de mundo abrangente dos humanos em harmonia com a natureza, chamada de "ecosofia" ou "*ecowisdom*". No caso de Naess, era a Ecosofia T. Ecosofias baseadas no Budismo, no Hinduísmo ou mesmo no Cristianismo também podem se identificar com a defesa da plataforma da *Deep Ecology*, basta que a percepção do *Self* que fundamenta a ecosofia não seja restrita a ideia de um indivíduo isolado, mas que se construa a partir de uma noção de *Self* integrado, constituído por todas as suas relações, com todos os seres da natureza, um *Self* entendido como uma rede de interações. O

segundo nível é composto justamente pelos princípios básicos. O terceiro nível, o das políticas articuladas, e o quarto nível, o da ação imediata, traduzem as visões de mundo da *Deep Ecology* em um movimento de reforma política e social. A estrutura sugerida implica: 1) filosofias ou visões de mundo, ecosofias; 2) princípios de plataforma, que unem pessoas com diferentes ecosofias; 3) formulações de políticas aplicadas em contextos específicos; e 4) ações empreendidas por indivíduos. Assim, os defensores da *Deep Ecology* contrastam a sua abordagem com a dos movimentos considerados superficiais e defendem que todo ser vivo tem um valor intrínseco, que lhe dá o direito de “florescer”, independente da sua utilidade para os humanos. A vida é percebida como uma teia de interações complexas e a integridade dos ecossistemas tem fundamental importância ética (Sessions 1995; Drenegson & Inoue 2005; Devall & Sessions 2007).

Para a *Deep Ecology*, a crise ecológica tem raízes em atitudes antropocêntricas equivocadas sobre o domínio dos humanos sobre os outros seres que habitam o planeta. São atitudes que justificam a exploração imprevidente dos recursos naturais e o consumismo, que não podem ser superadas sem mudanças políticas e sociais significativas. Isso inclui mudanças no estilo de vida dos que vivem nos países ricos e dos ricos que vivem nos países pobres. Tais mudanças podem emergir de uma base filosófica ou religiosa, das ecosofias que nutrem um senso de responsabilidade pessoal, não apenas para com os que agora vivem, mas também para com as próximas gerações. Esse senso de responsabilidade é ampliado para todos os organismos, para os ecossistemas e para o planeta Terra. A população humana atual já é muito grande em muitos países e novos aumentos populacionais reduzirão a qualidade de vida de seres humanos e formas de vida não humanas. Assim, uma população humana menor é desejável (Sessions 1995; Drenegson & Inoue 2005; Devall & Sessions 2007).

A *Deep Ecology* tem um aspecto fundamentalmente vivencial, ou experiencial, de contato e autorrealização junto à natureza. Ao estender o nosso senso de identificação e cuidado e ao ampliar a nossa capacidade de amar, possibilitamos o viver e o “florescer” e nos realizamos em harmonia com todos os outros organismos. Trata-se de uma compreensão e de uma experiência ampliada do *Self*, já que a nossa própria autorrealização é interconectada com a autorrealização de todos os outros seres. Não podemos florescer e perceber a nós mesmos se destruímos o espaço vital dos outros seres e interferirmos com as suas possibilidades de autorrealização.

Nas cidades dominadas pela tecnologia e pelo artificialismo, um número crescente de seres humanos carece de contato com o mundo natural. Isso é especialmente crítico na educação das crianças e tem por consequência a formação de adultos completamente apartados da natureza, especialmente da sua face mais espontânea, natural, selvagem (Louv 2008). O ecoturismo tem um papel na reconciliação dos humanos com o mundo natural. Mas, só poderá desempenhá-lo se tiver por suporte uma perspectiva ética ampla da relação dos humanos com a natureza, e nisso a *Deep Ecology* pode ajudar. Essa abordagem pode ter implicações políticas, na medida em que for capaz de fornecer informações para potenciais ecoturistas e de estimular o desenvolvimento de uma forma genuína de ecoturismo consistente com conceitos de sustentabilidade e de respeito à biodiversidade e à sociodiversidade.

Experiências de visitação na natureza com um viés consumista, imediatista, obliteram o alcance de um nível de consciência e transformação pessoal e social. Quando o termo ecoturismo é usado apenas como uma estratégia de *marketing*, para vender produtos que o aproximam do turismo de

massa, acaba por causar degradação ambiental e cultural. A visitação a áreas de natureza selvagem e a comunidades tradicionais deve ser incentivada, mas, se o foco é em um tratamento dos turistas com base em padrões de cultura, conforto e acomodação pautados pela sociedade de consumo, o resultado será o aumento dos impactos negativos ambientais e culturais e dos problemas associados. Muitas vezes, na prática do turismo de natureza, frequentemente chamada de ecoturismo, a natureza é valorizada unicamente pela sua utilidade para os humanos. O ambiente é visto como um recurso a ser explorado para maximizar o bem-estar do visitante e a geração de emprego e renda. As decisões gerenciais e de manejo acabam por ser tomadas de um ponto de vista utilitarista e antropocêntrico. As consequências ambientais e culturais da atividade ficam em segundo plano em relação às considerações econômicas. Trata-se, portanto, do que pode ser considerado como ecoturismo superficial. Já o ecoturismo profundo abarca uma série de ideias como o valor intrínseco da natureza, a ênfase na identidade comunitária e na importância da participação da comunidade, e a aposta na pequena escala. O desenvolvimento de uma bioética é um elemento importante para o ecoturismo profundo. Uma posição biocêntrica ou ecocêntrica é adotada, incluindo tanto os seres vivos como os não-vivos. Os ecossistemas são considerados como uma totalidade integrada, que deve ser preservada. Assim, o ecoturista profundo é movido por uma visão holística da conservação, enfatizando a necessidade de conservar todas as espécies e áreas, em vez de apenas as partes que interessam ou são necessárias para a sobrevivência da espécie humana. Além disso, o ecoturista profundo reconhece o valor intrínseco, desenvolve uma atitude de respeito e atribui direitos à natureza, lhe estendendo a consideração ética e as obrigações morais. Essa perspectiva do ecoturismo profundo se mostra compatível com a *Deep Ecology* (Acott et al. 1998).

O mercado turístico segue uma lógica orientada pela demanda, pelo comportamento do turista, inclusive do ecoturista, visto como um consumidor. Embora seja fundamental induzir, sensibilizar e guiar os turistas de natureza para outros padrões de consumo, mais consciente e sustentável, é importante levar em conta essa caracterização do turista e do ecoturista como consumidor. Dessa perspectiva, a dinâmica do turismo volta-se para a satisfação das necessidades dos turistas. A análise e a reflexão sobre até que ponto eles irão adaptar seu comportamento às necessidades dos destinos ou se comportar de forma responsável ambiental e socialmente é importante para se avaliar qual o peso dos valores socioambientais nas tomadas de decisão implicadas na atividade turística (Sharpley 2008).

Essa constatação reforça o argumento de que a parcela do *trade* e os gestores identificados com os princípios do ecoturismo profundo devem moldar seus produtos e a gestão da visitação nas áreas protegidas de modo a orientar a demanda a partir de uma oferta pensada para entregar benefícios ambientais e culturais que articulem as necessidades dos ecoturistas com as necessidades das comunidades visitadas e a conservação da biodiversidade. Ou seja, o ecoturismo real, profundo, ou simplesmente de acordo com os princípios já consolidados, deve ser capaz de orientar a demanda dos ecoturistas, assumindo um papel formativo. Não pode se guiar pela demanda de um mercado em expansão, frouxamente atrelado à conservação da natureza. Assim, o comportamento do ecoturista e conseqüentemente a sua própria demanda cumprirão o seu papel quanto mais se basearem em princípios sólidos, como os do ecoturismo e da *Deep Ecology*.



### Considerações finais

Os conceitos aqui apresentados reforçam o entendimento de que a prática do ecoturismo deve ser direcionada para que os visitantes de ambientes naturais se envolvam com a causa da conservação da natureza. Com a motivação de vivenciar experiências únicas e memoráveis em espaços naturais ainda preservados, os ecoturistas devem também cuidar do meio ambiente, preservar espécies da fauna e da flora e valorizar o patrimônio cultural nas suas atitudes cotidianas. Biólogos da conservação, pensadores e ativistas como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold e os autores da *Deep Ecology* incitam a percepção de que a proximidade das belezas naturais e da *wilderness* proporciona o desenvolvimento de sentimentos de empatia e de amor pela natureza e pelos seres que a habitam.

A experiência de aprender e de ampliar a consciência sobre o mundo natural é o que faz do ecoturismo algo diferente do turismo de massa. Para tanto, a aproximação de valores como os da *Deep Ecology* e do conhecimento produzido no âmbito da Biologia da Conservação pode contribuir para o planejamento e a gestão do ecoturismo. Quando comparado com a experiência do *Grand Tour*, o turismo de massa, que se desenvolveu na contemporaneidade, se mostra superficial, uma atividade voltada para o consumo de atrativos culturais e de natureza, sem que haja uma compreensão maior do que eles significam e sem que os turistas ampliem o seu entendimento do mundo em que habitam. Trata-se, portanto, de se pensar o ecoturismo como uma forma de turismo capaz de resgatar o espírito de aprendizado e conscientização presentes no *Grand Tour*, buscando, de forma democrática, garantir a conservação dos patrimônios natural e cultural e tornar mais rica a experiência dos turistas.

A dinâmica do ecoturismo, guiada pela demanda dos turistas e operadoras pela visitação nas áreas naturais preservadas e justificada pelos gestores e tomadores de decisão pela geração de emprego e renda com bases mais sustentáveis, quando comparadas com outros modelos de desenvolvimento, se traduz em uma oportunidade para a conservação da natureza. No entanto, para que o ecoturismo alcance o seu propósito, é importante garantir que princípios como os do próprio ecoturismo, os da *Deep Ecology* e da Biologia da Conservação se afirmem e que a oferta se oriente por eles.

Embora as áreas protegidas, especialmente as de proteção integral, como os parques nacionais, sejam as áreas nas quais encontramos a natureza em seu estado mais preservado, a influência do ser humano, em algum nível, está presente. Assim, devemos prezar por estratégias de gestão, inclusive para o manejo da visitação, que possibilitem que a maior parte destes territórios permaneçam como bastiões da *wilderness*, como berços sagrados para a conservação da biodiversidade, particularmente de espécies em franco risco de extinção, como a megafauna atual (Dirzo et al. 2014). Mas, ao mesmo tempo é importante assumi-las como sistemas socioecológicos complexos, cujo sucesso da gestão e, portanto, da conservação depende das populações humanas (Mc Dermott et al. 2019; Eugene et al. 2019). Nesse contexto, aliar os princípios do ecoturismo aos valores da *Deep Ecology* e aos conhecimentos da Biologia da Conservação permite subsidiar a gestão da visitação para uma experiência efetiva de (re)conexão dos visitantes com a natureza, com um resultado positivo para a conservação do patrimônio natural.

Ainda que os princípios e práticas envolvidos no que seria um ecoturismo genuíno, que podemos chamar de ecoturismo profundo, na maioria das vezes, não estejam sendo seguidos na íntegra, as potencialidades são expressivas e podem trazer resultados significativos, se um

planejamento adequado vier a ser implementado. O ecoturismo tem um papel importante a desempenhar na conservação da biodiversidade e da sociodiversidade do planeta Terra. Ele tem grande potencial para criar uma consciência ampliada da importância da conservação dos mais variados patrimônios naturais e culturais, e também para gerar recursos econômicos para a pesquisa e a conservação da biodiversidade, para contribuir com a sustentabilidade financeira e a gestão das áreas naturais, bem como para a melhoria das condições de vida das populações das localidades visitadas. O ecoturismo possibilita ao viajante conhecer, admirar, vivenciar e aprender sobre espaços naturais e culturais que antes lhe eram estranhos. Permite ir além dos benefícios imediatos e refletir sobre os princípios éticos e filosóficos mais amplos que devem orientar a sua prática.

## Referências

- Acott TG, La Trobe HL, Howard, SH 1998. An Evaluation of Deep Ecotourism and Shallow Ecotourism, *Journal of Sustainable Tourism*, 6:3, 238-253.
- Buckley R 2009. *Ecotourism Principles and Practices*. CABI Tourism Texts, Cambridge, 368 pp.
- Capra F 2001. *A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Cultrix, São Paulo, 256 pp.
- Ceballos-Lascuráin H 1988. The Future of Ecotourism. *Mexico Journal*, January 27.
- Costa FR 2009. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. SESC/Senac, São Paulo, 251 pp.
- Cunha AA, Costa CMM 2018. Nature Tourism Research in Brazil: A preliminary Scientometric Approach of the Last 20 years. In Cunha AA, LindenKamp TCM, McCool SF. *Tourism and Protected Areas in Brazil: Challenges and Perspectives*. Nova Science Publisher Inc, New York, p. 25-46.
- Cunha AA, LindenKamp TCM, McCool SF (Eds) 2018. *Tourism and Protected Areas in Brazil: Challenges and Perspectives*. Nova Science Publisher Inc, New York, 330pp.
- Devall B, Sessions G 2007. *Deep Ecology: Living as if nature mattered*. Peregrine Smith Books, Salt Lake City, 267 pp.
- Dirzo R, Young HS, Galetti M, Ceballos G, Isaac NJB, Collen B 2014. Defaunation in the Anthropocene. *Science* 345: 401-406.
- Donohoe HM, Needham RD 2006. Ecotourism: The Evolving Contemporary Definition, *Journal of Ecotourism* 5 (3): 192-210.
- Drengson A, Inoue Y (Edited by) 1995. *Deep Ecology Movement: An Introductory Anthology*. North Atlantic Books, Berkeley, pp. 293.
- Drummond JA 1994. Introdução – Henry David Thoreau, homem de várias épocas. In: Thoreau, H D. *Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos*. Rocco, Rio de Janeiro, p. 11-26.
- Embratur/Ibama 1994. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA, Brasília, 48 pp.
- Eugene H, Rivero AL, Huitron IL 2019. Social-Ecological System Constraints of Protected Areas. A Case Study of Mexican Protected Forests. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 8(2): 227-44.
- Fennell DA 2001. A Content Analysis of Ecotourism Definitions, *Current Issues in Tourism* 4 (5): 403-421.
- Franco JLA 2015. *Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza*. In: Soares, I V P, Cureau, S (Orgs.). *Bens Culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: SESC: p. 155-184.
- Franco JLA, Schittini, GM; BRAZ, VS 2015. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. *Historiae*, Rio Grande, V. 6, N. 2 (Dossiê Patrimônio Histórico e Ambiental): 233-270.
- Franco JLA 2013. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade, *História* (São Paulo. Online), v. 32: 21-48.
- Groom MJ, Meffe GK, Carroll CR (Eds.) 2006. *Principles of Conservation Biology*. Sinauer Associates, Massachusetts, 793 pp.
- Honey M 2008. *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* Island Press, Washington, DC, 551 pp.
- Kolbert E 2015. *A Sexta Extinção: Uma História não Natural*. Intrínseca, Rio de Janeiro, 334 pp.
- Leopold A (first edition 1949) s/d. *A Sand County Almanac: And Sketches Here and There*. Oxford University Press, New York, 226.
- Louv R. 2008. *Last Child in the Woods: Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder*. Algonquin Books of Chapel Hill, Chapel Hill, NC, 390 pp.

- McCormick J 1992. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 224 pp.
- Mc Dermott AG, Hurtado RJV, Camacho DC. 2019. Entre Extractivismo y Conservacionismo: La Construcción Social Del Parque Nacional Corcovado, Costa Rica (1914-1982”). *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 8 (3): 107-34.
- Meine C 2010. *Aldo Leopold: His Life and Work*. Wisconsin University Press, Madison, 638 pp.
- Muir John 1916. *A Thousand-mile Walk to the Gulf*. Houghton Mifflin Company, Boston and New York, 220 pp.
- Naidoo P, Ramseook-Munhurrun P, Seegoolam P. 2011. An Assessment of Visitor Satisfaction with Nature-Based Tourism Attractions. *International Journal of Management and Marketing Research* 4 (1): 87-98.
- Nash R 2014. *Wilderness and the American Mind*. Yale University Press, New Haven, 409 pp.
- Nash R 1989. *The Rights of Nature: a history of environmental ethics*. Wisconsin University Press, Madison, 290 pp.
- Newsome D, Moore SA, Dowling RK 2002. *Natural area tourism: Ecology, Impacts and Management*. Channel View Publications, Sidney, 480 pp.
- Pires PDS 1998. A Dimensão Conceitual do Ecoturismo. *Turismo- Visão e Ação*, 1(1): 75-91.
- Schama S 1996. *Paisagem e Memória*. Cia das Letras, São Paulo, 645 pp.
- Sessions G (Ed) 1995. *Deep Ecology for the 21st Century: Readings on the Philosophy and Practice of the New Environmentalism*. Shambhala, Boston, 488.
- Sharpley R. 2006. Ecotourism: A Consumption Perspective, *Journal of Ecotourism*, 5 (1-2): 7-22.
- Tibúrcio Pintos G, Olvera MMC. 2020. Ecoturismo Frívolo Con Tortugas Marinas en México: Reflexiones Desde la Sustentabilidad. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 9 (3): 261-85.
- TIES 2016. The International Ecotourism Society. Available at: <<http://www.ecotourism.org/>>. Access on: 15 Jan.
- Thomas K 1996. *O Homem e o Mundo Natural*. Cia das Letras, São Paulo, 454.
- Thoreau HD 1984. *Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos*. Rocco, Rio de Janeiro, 167 pp.
- Thoreau, HD 1987. *Walden ou A Vida nos Bosques*. Global, São Paulo, 331 pp.
- Weaver, DB 2001. Ecotourism in the Context of Other Tourism Types. In Weaver DB, *Encyclopedia of Ecotourism*. CABI Publishing, New York. p. 5-22.
- Weaver DB, Lawton LJ 2007. Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management* 28: 1168–1179.
- Worster D 1998. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge University Press, New York, 507 pp.
- Worster D 2008. *A Passion for Nature: The life of John Muir*. Oxford University Press, New York, 535 pp.
- Wulf A 2016. *A Invenção da Natureza: A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. Planeta, São Paulo, 587 pp.